

Direita domina Ordem Econômica

VERA RAMOS Da Editoria de Política

A disputa ideológica entre as correntes da direita e da esquerda do País deverá ser o pano de fundo das discussões entre os constituintes que integram as três subcomissões temáticas da Comissão da Ordem Econômica, cujos trabalhos só serão iniciados, de maneira efetiva, depois dos feriados da Semana Santa.

Os parlamentares que formam o reduzido grupo da corrente mais progressista na Assembleia Nacional Constituinte, composto pelos pequenos partidos como PT, PC, PC do B, PSB, PTB, PDT e parte do PMDB, já iniciaram articulações para fazer frente à maioria e organizada pressão que os políticos representantes da direita prometem impor durante as discussões dos projetos constitucionais.

A briga ideológica na Comissão da Ordem Econômica é algo indiscutível. Mesmo o presidente da Comissão, deputado José Lins de Albuquerque (PFL-CE) resumiu a composição de forças políticas integrantes das três subcomissões: "Existem dois clubes fechados; o da direita, que irá lutar pelo avanço das idéias conservadoras na Constituição, e o da esquerda, que fará pressão para que sejam aprovados projetos com características mais socialistas". José Lins não quis, porém, fazer um prognóstico do resultado desse embate. "As pressões serão muitas". No entanto, o presidente da comissão alertou para um fato que poderá diminuir ainda mais a força da corrente progressista na Constituinte.

O processo de desfacelamento em que vive o PMDB, na opinião do presidente da Comissão da Ordem Econômica, é irreversível. Assegurou também que os acordos que os peemedebistas conseguiram lograr até então, com o apoio do Partido da Frente Liberal, não significam que a Aliança Democrática prevalecerá durante os trabalhos das subcomissões. "Isto significa que, a partir de agora, os interesses partidários seguirão rotas diferentes, e muito provavelmente, divergentes". Para o deputado José Lins, tudo indica que nessa Constituinte haverá um grande bloco suprapartidário, integrado pelo PFL, PDS e membros do PMDB, que servirá de sustentação para a aprovação das teses das correntes conservadoras, ligadas mais à direita e centro.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica, tem outra opinião. Ele admite que haverá uma acirrada disputa ideológica entre a direita e a esquerda na Constituinte, porém, encara este fato como algo normal. "Faz parte do processo", tranquiliza Severo Gomes. No entanto, segundo os prognósticos do



José Lins



Severo Gomes

relator da Comissão da Ordem Econômica, a nova Constituição irá refletir o que a grande maioria dos brasileiros quer. Em sua opinião, os constituintes serão pressionados pela opinião pública que irá exigir uma Constituição progressista, capaz de atender aos interesses sociais de toda a população.

GRUPOS NAS SUBCOMISSÕES

De acordo com a composição das três subcomissões temáticas que fazem parte da Comissão da Ordem Econômica, os constituintes progressistas, que lutarão pela aprovação de projetos mais socializantes, vão ter uma árdua batalha pela frente.

Na Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime de Propriedade do Solo e Atividade Econômica, a primeira delas, a maioria dos titulares pertence à ala conservadora. Pelo PMDB, por exemplo, o senador Albano Franco (ex-PDS), e presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), e seu irmão, o deputado Antônio Carlos Franco, terão aliados importantes na defesa dos interesses da classe empresarial, a qual pertencem. O bloco de constituintes considerados de direita terá o apoio incondicional do próprio presidente dessa subcomissão, o deputado Delfim Netto (PDS-SP), ex-ministro de dois governos militares. Outro "peso-pesado" que engorda a lista dos conservadores é o senador Roberto Campos (PDS-MT). Também ex-ministro da ditadura, Roberto Campos tem fortes aliados dentro do PMDB: os deputados Marcos Lima

(MG) e Renato Johnsson (PR), que inclusive já pertenceu aos quadros do PDS. No Partido da Frente Liberal, a influência dos conservadores é reforçada pelos deputados Gilson Machado (PE), usineiro, Rubem Medina (RJ), ex-Arena, e empresário (organizador do Rock in Rio), e Jales Fontoura (GO), um fazendeiro-usineiro, apoiado pela UDR. No Partido Liberal, o deputado Guilherme Afif Domingos (SP) também é considerado outro representante dos empresários.

Para contrabalançar, o grupo de constituintes que representa a esquerda é minoritário. Pelo PMDB, os deputados Gabriel Guerreiro (PA), Hélio Duque (PR), e Virgílião Senna (BA). Esse último é o relator da subcomissão. Os demais integrantes do bloco progressista pertencem aos partidos pequenos, como Wladimir Palmeira (PT-RJ), Luiz Salomão (PDT-RJ), Beth Azize (PSB-AM) e Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Na Subcomissão da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária, a situação não difere muito. Também aqui, a maioria dos titulares é de tendência centro-direita, porém, existem vários constituintes apoiados pela UDR que têm um objetivo específico: impedir a aprovação de projetos relacionados com a reforma agrária que impliquem na eliminação dos grandes latifúndios. Na opinião de alguns parlamentares consultados, prevê-se uma acirrada discussão nesta subcomissão. Não foi por acaso que os dois partidos comunistas, PCB e o PC do B, representados pelos deputados Fernando Santana (BA) e Aldo Arantes (GO), respectivamente, fizeram questão absoluta de integrar o quadro de titulares dessa subcomissão. Outra forte aliada dos comunistas é a deputada Irma Passoni (PT-SP), professora e ex-freira, ligada às CEBs.

Na Subcomissão da Questão urbana e Transporte, as expectativas dos parlamentares apontam para um embate também acirrado para as discussões de propriedade do solo urbano. Na defesa dos interesses das empresas de construção civil, o PMDB tem alguns representantes: Gerson Marcondes (SP), Luis Roberto Ponte (RS), presidente da Câmara de Construção Civil, Paulo Zarzur (SP), também empresário do setor, e Sérgio Naya (MG), dono de empreiteiras. O bloco de constituintes progressistas é ainda menor do que nas outras duas subcomissões. O presidente desta subcomissão, senador Carneiro (PMDB-SC) é a única expressão de peso. E o autor do projeto "Força do Povo", que preconiza a organização da sociedade em iniciativas comunitárias. É considerado um defensor de profundas reformas sociais.

José Genoíno quer ouvir militares

O deputado José Genoíno (PT-SP) sugeriu ontem à Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, que convide para uma audiência pública um representante do "Encontro Nacional sobre as Forças Armadas e a Constituição", que será realizado no próximo dia 23, numa promoção do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp. No encontro serão discutidos os temas "O papel constitucional das Forças Armadas" e "O Controle Democrático das Forças Armadas". Já o senador Iram Saraiva (PMDB-GO) propôs o nome do general da reserva Euler Bentes, que em 1978 disputou a presidência da República como candidato do então MDB.

A decisão sobre essas propostas ficou adiada, já que estavam presentes apenas sete constituintes, e o número exigido para deliberações é de onze.

UDR boicota subcomissão, diz Contag

"A direita, aqui representada pelos deputados eleitos com o apoio da UDR, está querendo boicotar a reforma agrária". A denúncia é do tesoureiro da Contag — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Francisco Urbano, feita ontem na Assembleia Nacional Constituinte, depois que ficou constatada a ausência de quorum para a reunião da subcomissão que trata da reforma agrária.

A Contag, que reúne 12 milhões de trabalhadores rurais e representa 2.700 sindicatos, disse que vai passar a pressionar e que já na próxima semana vai manter seus representantes na comissão, acompanhando de perto a atuação de cada constituinte, fazendo denúncias quanto às suas ausências e posições comprometidas com os que não desejam a reforma agrária.

De acordo com Francisco Urbano, o boicote é no sentido de adiar uma decisão, levando a que, na última hora, se faça qualquer coisa, apenas para apresentar um relatório, sem maiores discussões e sem levar em conta a proposta dos trabalhadores rurais brasileiros.

Brossard é convocado para dia 28

Justiça no Brasil: presente e futuro. É este o tema da exposição que o ministro Paulo Brossard, da Justiça, profere no próximo dia 28 perante a Subcomissão do Poder Judiciário e Ministério Público. A conferência do ministro encerra o programa de audiências públicas promovido por aquele grupo constituinte.

Durante reunião realizada na manhã de ontem, os membros da subcomissão decidiram promover, no dia anterior à presença de Brossard, três painéis a respeito dos temas mais palpantes da realidade judiciária do Brasil.

Para falar sobre a tese de criação de um Tribunal Constitucional, estão sendo convidados juristas como Raimundo Faoro, José Afonso e Pinto Ferreira, Bandeira de Melo, Osny Duarte e Calmon Passos estarão entre os convocados a analisar o processo de seleção para ingresso e promoção na Magistratura e no Ministério Público.

Andrade pede a proibição da tortura

O deputado federal Ademir Andrade (PMDB-PA) apresentou ontem proposta para inclusão no novo texto constitucional, do seguinte artigo: "Ninguém será, a qualquer título, torturado. A tortura torna-se crime inafiançável, imprescritível e inatenuável. Parágrafo único — A denúncia de tortura levada a juízo, terá prioridade na apuração e julgamento, sendo o inquérito instaurado por autoridades que não tenham ligação com os acusados. Comprovada a culpa, cumprirá o réu as penas da lei e, sendo autoridade, será imediatamente exonerado a bem do serviço público".

Justificando a proposta apresentada, o parlamentar recorda episódios da tortura política ocorrida no Brasil, ressaltando entre tanto as torturas comuns registradas ainda nos dias de hoje, nas delegacias de polícia ou quartéis das polícias militares, especialmente nas cidades do interior, mas verificada também nas capitais. Enfatizando que "a tortura, sob todas as formas, é condenável em qualquer sociedade moderna".

A reforma tributária

JOSE GUEDES*



Desejamos que as reformas na vida constitucional da nossa Pátria sejam compreensíveis e necessárias. Porém, com uma ponta de apreensão, mas com a certeza de estarmos alinhados ao desejo do povo brasileiro e, numa esperança mais presente que a vivida com a Constituição Imperial de março de 1824, somos os instrumentos da mudança, com o objetivo de fazer renascer no coração do povo o sentimento de dignidade humana.

Como titular da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte, acredito que devemos começar por diminuir a carga tributária existente sobre o consumidor, isentando de impostos os produtos alimentícios de primeira necessidade e os transportes coletivos urbanos e interurbanos, o que representará substancial aumento real nos salários.

Limitando os lucros bancários estaremos fomentando o investimento no setor produtivo e, em contrapartida, criando novos empregos. Destinando a maior parte das receitas aos estados e municípios os reflexos serão imediatos, com mais obras e a menores preços, mais empregos e fortalecimento das pequenas e médias empresas locais. A fiscalização, além de plenamente exercida pelo Poder Legislativo, deve ser estendida aos partidos e associações comunitárias.

COMPOSIÇÃO DA CAMARA

O anteprojeto Afonso Arinos fixa o número de membros na Câmara Federal em 420 deputados, com o máximo de 70 e o mínimo de quatro por Estado. Outro Constituinte propõe que este número seja mais reduzido, com o máximo de 40 e o mínimo de cinco deputados por Estado.

O poder Executivo geralmente busca sustentação política nas unidades mais representativas e, em consequência, são estes estados que tudo reivindicam e quase tudo recebem. Devemos, portanto, atentar para este fato e nesta oportunidade "impar" buscar um maior equilíbrio de forças políticas e econômicas. Possivelmente estaremos criando mais três estados (Roraima, Amapá e Tocantins), que representarão para o Brasil uma soma e não uma divisão de forças políticas. Não vejo facilidades para que os constituintes de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro aceitem diminuir suas representações políticas e prova disto é o anteprojeto Afonso Arinos que, ao contrário, pleiteia aumentar o número de deputados dos estados mais desenvolvidos, como os já citados acima e, consequentemente, diminuir as representações nos demais estados. A propósito, neste ponto reside o aspecto de maior relevância, ou seja, reduzir o número de deputados é advogar o nascimento de uma superelite política, em sacrifício das representações populares mais humildes, gerando disputas desiguais nos grandes partidos.

Somos um País de dimensões continentais. A importância do Legislativo florescerá tão logo possa ter iniciativa para legislar matérias financeiras e emendar leis orçamentárias. Dai concordarmos e advogarmos a limitação da Câmara em quinhentos representantes com um mínimo de seis deputados para estados de até 500 mil habitantes e crescente até a representação máxima de 60 deputados. Outros raciocínios, creio, dificultarão ainda mais uma distribuição mais justa das rendas. Os pequenos unidos devem ter vez e voto nas decisões nacionais.

Acredito que este enfoque, quanto à composição da Câmara, tenha muito a ver com um fato ocorrido em uma de minhas visitas, quando prefeito de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, a um ex-ministro, quando eu dizia: Ministro, por que a aplicação destes recursos está concentrada quase que exclusivamente para o Rio de Janeiro, quando o nosso Estado, sem qualquer infra-estrutura, registra o maior crescimento populacional do País? A resposta foi franca: Esta não é a minha vontade, mas o seu Estado não tem representatividade política e ao Governo interessa muito mais eleger candidatos do Estado do Rio de Janeiro do que qualquer outra coisa.

O fato aconteceu em 1985. A potencialidade de quase todos os estados brasileiros é, lamentavelmente, a de portadores do título de Estado consumidor. A propósito, sem consumidor não existe produtor e assim nada mais justo que conquistemos agora a democracia política e econômica.

*Deputado pelo PMDB de Rondônia

Idoso terá assistência condigna

A Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, em reunião ordinária realizada ontem, analisou preliminarmente proposta formulada pelo deputado Davi Alves Silva (PDS/MA), concedendo a idosos com mais de 61 anos o direito a transporte urbano, assistência médica e jurídica gratuitos e aposentadoria condigna, além de passagens aéreas e hospedagem em hotéis. O relator da proposta, deputado Elieir Rodrigues (PMDB/PA), entendeu serem justas as três primeiras sugestões, mas descartou a concessão de passagens aéreas e hospedagem. Elieir elevou também para 70 anos a idade para os idosos serem diretos a tais benefícios. Seu parecer foi acolhido pelos membros da Subcomissão.

O presidente, deputado Antônio Mariz (PMDB/PB), explicou que a discussão de ontem segue a proposta da Subcomissão de "estudar de antemão" as proposições encaminhadas. "Assim o relator poderá ter uma idéia do que pensam os membros da Subcomissão sobre cada assunto e, ao redigir seu relatório, já terá uma base", disse. Mariz, entretanto, lembrou que o relator — no caso o deputado Darcy Pozza (PDS/RS) — pode simplesmente desconsiderar as idéias discutidas, apresentando um ponto de vista seu. "Mas considero essa hipótese improvável", afirmou. Mais uma vez a Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais teve dificuldade para iniciar a reunião, por falta de quorum. O presidente, no entanto, acredita que passadas a Semana Santa, aumentará a frequência dos constituintes aos trabalhos.

Maciel na Subcomissão do Poder Executivo

O ministro Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, comparecerá à Constituinte na próxima terça-feira como convidado da Subcomissão do Poder Executivo, subordinada à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Da lista de pessoas a serem ouvidas pela Subcomissão constam ainda o ex-governador Franco Montoro, o ministro Paulo Brossard, o ex-deputado João Amazonas (constituinte de 46), o presidente da OAB e os juristas Miguel Reale Júnior, Seabra Fagundes e Josaphat Marinho.

CANCELADA

Prevista para às 10 horas a reunião de ontem do subgrupo do Poder Executivo foi cancelada devido a um apelo do relator José Fogaca: ele queria mais tempo para examinar as seis propostas que constavam da pauta, algumas tratando de assuntos polêmicos como o Parlamentarismo e a convocação imediata de eleições diretas.

Meta é fortalecer Congresso

Aprovação pelo Congresso dos empréstimos externos contratados pelo Governo, bem como dos programas de investimentos; ampliação dos poderes das CPI, que poderão punir os que promoverem danos ao Erário público; e a fixação de um prazo máximo de 30 dias para o Governo responder aos requerimentos de informações do Legislativo, sob pena de responsabilização funcional. Estas são algumas das propostas incluídas na pauta de prioridade aprovada ontem pe-

Pelo menos a respeito de um projeto, do senador baiano Rui Bacelar (PMDB). Fogaca já tem opinião formada. A proposta prevê a eleição direta do sucessor de Sarney 120 dias após a promulgação da nova Constituição e será rejeitada pelo relator. Segundo ele, uma medida deste tipo deflagraria de imediato o processo eleitoral, prejudicando os trabalhos da Constituinte.

Outros projetos em exame pelo relator da Subcomissão do Executivo são referentes ao parlamentarismo: o deputado Jorge Arbage sugere a convocação de um plebiscito sobre a adoção daquele regime de Governo, enquanto Vitor Faccioni veda qualquer futura reforma constitucional que implique na abolição do sistema de gabinete. Nyder Barbosa propõe que os ministros de Estado sejam nomeados pelo Presidente da República após a aprovação do Congresso, que também poderá demitir os auxiliares do Presidente através do voto de desconfiança.

la Subcomissão do Poder Legislativo, subordinada à Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Durante uma reunião rápida, com a presença de menos de metade dos membros do grupo, foram listadas sete medidas destinadas a "fortalecer e melhorar o funcionamento do Congresso", segundo o presidente Bocayuva Cunha. A atuação das comissões técnicas do Senado e da Câmara também faz parte das preocupações da Subcomissão.

Prefeito forma comitê para emancipar Amapá

O prefeito de Macapá, Raimundo Azevedo Costa, está discutindo com outros prefeitos, deputados e líderes comunitários da região a formação de um comitê suprapartidário para coordenar a campanha de emancipação política do Território do Amapá. O comitê pretende atuar paralelamente ao projeto que será apresentado à Constituinte pela deputada Raquel Cândido (PFL-RO), propondo a transformação do Território em Estado. O grupo irá fornecer subsídios ao projeto e colher apoio dos constituintes e da população à proposta, com o objetivo de sensibilizar as lideranças políticas e o presidente José Sarney.

O prefeito Raimundo Azevedo manteve contato com vários deputados e está otimista com o nível da campanha, que já "extrapolou os limites da região" e está ganhando conotação nacional. Um outro fator que contribuiu para aumentar o otimismo do prefeito foi a eleição, na semana passada, do deputado

Luiz Carlos Sigmaringa (PMDB-DF) para relator da Subcomissão União, Distrito Federal e Territórios. Raimundo visitou recentemente o Deputado e confiou-lhe a tarefa de cobrar do PMDB o compromisso assumido no Amapá pelo próprio presidente do partido, Ulysses Guimarães, de que o Território seria o próximo Estado da Federação.

Como Sigmaringa é um dos defensores da eleição direta para governador do Distrito Federal, Raimundo acredita que ele certamente irá apoiar a emancipação política do Amapá e Roraima. "Tenho certeza que ele irá lutar por nossa causa, mesmo porque é uma questão de justiça. O Amapá é totalmente tutelado pelo Governo Federal. Até mesmo um simples caso de polícia tem que ser resolvido em Brasília. E contra essa dependência que estamos lutando. Estamos reivindicando a nossa liberdade", destaca o Prefeito.

Senador não desativa as comissões técnicas

Ao contrário da Câmara dos Deputados, que suspendeu a instalação das comissões técnicas permanentes durante os trabalhos de elaboração da nova Constituição, a direção do Senado decidiu-se pela manutenção de quatro permanentes e três Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), mesmo com o funcionamento da Constituinte.

Além das Comissões Diretores compostas pela mesa do Senado, da de Fiscalização e Controle, de Relações Exteriores e a Comissão do Distrito Federal, já está instalada a CPI que irá investigar a dívida externa brasileira e duas outras estão em fase de formação, uma que irá examinar os

critérios utilizados na concessão de canais de rádio e TV-chamada de "a CPI da Rede Globo" — e a terceira, criada para apurar as causas da falta de energia elétrica no Nordeste.

Criada inicialmente como Comissão Especial da Dívida Externa, o presidente do Senado Humberto Lucena informou que existe um movimento entre os senadores no sentido de transformá-la em CPI, o que lhe conferiria um maior ralo de ação, no sentido de convocar pessoas envolvidas no processo de endividamento nacional para prestar depoimentos nos próximos 90 dias, quando está previsto o seu encerramento.